ESTADO DE SÃO PAULO PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Área de Contabilidade

Secretaria da Fazenda

NOTAS EXPLICATIVAS - BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

PREFEITURA DE TAUBATÉ

2025

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Taubaté é um órgão com personalidade jurídica de direito público, do Estado de São Paulo, que consolidou sua Lei Orgânica Municipal na data de 3 de abril de 1990. Com sede na Av. Tiradentes, Jd. Nações, 520, Taubaté/SP.

As Demonstrações Contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Informatizado de Orçamento Público (SIOP), fornecido pela empresa Etherium Technology Eireli e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as secretarias e fundos constantes nestas notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability) realizada durante o exercício de 2025. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Taubaté.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas se referem ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Portaria nº 438, de 12 de julho de 2012. Abrange, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 10ª edição).

2 – RELAÇÃO NOMINAL DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2024.

Secretaria De Gabinete
Secretaria De Governo E Relações Institucionais
Secretaria De Esportes, Lazer E Qualidade De Vida
Secretaria De Planejamento
Secretaria De Desenvolvimento, Inovação E Turismo
Secretaria Da Fazenda

Secretaria De Saúde
Secretaria De Desenvolvimento E Inclusão Social
Secretaria De Obras
Secretaria De Serviços Públicos
Secretaria Segurança Pública Municipal
Secretaria De Educação
Secretaria De Cultura E Economia Criativa
Secretaria De Meio Ambiente E Bem Estar Animal
Procuradoria Geral Do Município
Secretaria De Mobilidade Urbana
Secretaria Municipal De Justiça E Cidadania
Secretaria De Habitação
Secretaria De Administração

3 – BASE DE INFORMAÇÕES

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1568, de 11 de dezembro de 2023, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

4 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômicofinanceira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que em sua 10ª edição, aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dando continuidade à convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada: publicou em 2016 a NBC TSP - Estrutura Conceitual, bem como as primeiras cinco normas convertidas; em 2017 publicou cinco normas convergidas; em 2018 publicou mais onze normas convergidas; em 2019 publicou mais cinco normas; e em 2020 publicou mais 3 normas. Consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público.

5 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão e divulgação.

7 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

"Caixa e equivalentes de caixa" é um termo usado em contabilidade e finanças para se referir aos ativos líquidos de uma empresa, que são facilmente convertidos em dinheiro em um curto prazo, geralmente em até três meses. Esses ativos são cruciais para a saúde

financeira de uma empresa, pois fornecem a liquidez necessária para atender às obrigações imediatas, como pagar contas e cumprir obrigações contratuais.

A categoria de "caixa" inclui o dinheiro em espécie mantido pela empresa, bem como os saldos em contas bancárias correntes. Já os "equivalentes de caixa" englobam investimentos de curto prazo que são altamente líquidos e facilmente conversíveis em quantias, com risco insignificante de mudança no valor de mercado devido a flutuações nas taxas de juros. Exemplos comuns de equivalentes de caixa incluem certificados de depósito (CDs), títulos do governo de curto prazo e fundos do mercado monetário.

A importância de manter uma quantidade adequada de caixa e equivalentes de caixa reside na capacidade do órgão público de responder a despesas imprevistas, aproveitar oportunidades de investimento vantajosas e manter a estabilidade financeira em períodos de incerteza econômica. Uma gestão eficaz desses recursos envolve equilibrar a necessidade de liquidez com a busca por retornos adequados sobre o capital investido.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita à conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo que as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

“Créditos e dívidas" são conceitos fundamentais em contabilidade e finanças que se referem às obrigações financeiras de uma empresa. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Créditos:** Os créditos representam o dinheiro que é devido à empresa. Isso pode incluir contas a receber de clientes, juros a receber de investimentos, empréstimos concedidos a outras empresas ou indivíduos, entre outros. Em essência, são os ativos que a empresa espera receber no futuro.

2. **Dívidas:** As dívidas são os valores que uma empresa deve a outras entidades. Isso pode incluir empréstimos bancários, títulos emitidos, valores devidos a fornecedores, impostos a pagar, salários e benefícios a serem pagos aos funcionários, entre outros. Em termos simples, são as obrigações financeiras que a empresa precisa cumprir.

É importante para um órgão gerenciar adequadamente seus créditos e dívidas. Os créditos devem ser gerenciados para garantir que os clientes paguem dentro dos prazos estabelecidos, minimizando assim o risco de inadimplência e otimizando o fluxo de caixa. Por

outro lado, as dívidas devem ser gerenciadas de forma responsável, garantindo que a empresa tenha capacidade financeira para cumprir com suas obrigações e evitar problemas de solvência.

No balanço patrimonial é detalhado tanto os créditos quanto as dívidas da Prefeitura, proporcionando uma visão clara de sua posição financeira e de sua capacidade de cumprir suas obrigações no curto e no longo prazo.

c) Investimentos e Aplicações Temporárias

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Investimentos e aplicações temporárias são termos comumente usados no contexto financeiro para descrever a alocação de recursos financeiros em ativos que são adquiridos com o objetivo de gerar retornos financeiros em um período relativamente curto de tempo. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Investimentos:** Os investimentos referem-se à aquisição de ativos com a expectativa de que eles gerem retornos positivos ao longo do tempo. Esses ativos podem incluir ações, títulos, imóveis, fundos mútuos, entre outros. Os investimentos são tipicamente destinados a serem mantidos por um período mais longo, com a intenção de aumentar seu valor ao longo do tempo ou gerar renda periódica, como dividendos ou juros.

2. **Aplicações Temporárias:** As aplicações temporárias são investimentos de curto prazo realizados por empresas com o objetivo de preservar o capital ou gerar retornos modestos em um período de tempo relativamente curto. Esses investimentos são altamente líquidos e geralmente têm vencimento em até um ano. Exemplos comuns de aplicações temporárias incluem certificados de depósito (CDs), títulos do governo de curto prazo, fundos do mercado monetário e letras de câmbio.

As empresas geralmente utilizam aplicações temporárias para estacionar temporariamente seus fundos excedentes de caixa enquanto aguardam oportunidades de investimento mais vantajosas ou para atender a necessidades de curto prazo, como pagar contas ou cumprir obrigações contratuais. Esses investimentos oferecem uma combinação de liquidez e segurança, embora os retornos possam ser relativamente baixos em comparação com investimentos de longo prazo mais arriscados.

A escolha entre investimentos de longo prazo e aplicações temporárias depende dos objetivos financeiros da empresa, sua tolerância ao risco e seu horizonte de investimento. É importante que as empresas avaliem cuidadosamente suas opções de investimento e considerem fatores como liquidez, segurança e potencial de retorno ao decidir onde alocar seus recursos financeiros.

d) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme Inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

f) Depreciação, amortização e exaustão

Com a contratação da empresa de Sistema Informatizado, o processo de Depreciação, amortização e exaustão se encontram em fase de aprimoramento do sistema informatizado e integração com outros sistemas de forma a atender as exigências estabelecidas pelo STN através do MCASP.

"Depreciação, amortização e exaustão" são conceitos contábeis relacionados ao processo de alocação do custo de ativos de longo prazo ao longo de sua vida útil. Cada um desses termos se aplica a diferentes tipos de ativos e é utilizado para refletir a redução do valor dos ativos ao longo do tempo devido ao desgaste, uso ou obsolescência. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Depreciação:** A depreciação é o processo contábil de distribuir o custo de ativos tangíveis ao longo de sua vida útil estimada. Isso inclui ativos físicos, como prédios, máquinas, veículos e equipamentos. A depreciação é uma forma de reconhecer a perda de valor desses ativos à medida que são usados na operação do negócio. Existem diferentes métodos de depreciação, como o método linear, o método de saldo decrescente e o método de unidades produzidas, que determinam como o custo do ativo será distribuído ao longo do tempo.

2. **Amortização:** A amortização é semelhante à depreciação, mas é aplicada a ativos intangíveis ao invés de ativos tangíveis. Ativos intangíveis incluem patentes, direitos autorais, marcas registradas, licenças e softwares. Assim como os ativos tangíveis, os ativos intangíveis têm uma vida útil limitada, e a amortização é usada para distribuir o custo desses ativos ao longo desse período. O método de amortização geralmente é determinado com base na vida útil econômica do ativo.

3. **Exaustão:** A exaustão é o processo contábil semelhante à depreciação e amortização, mas é aplicado a recursos naturais, como reservas de petróleo, minerais, florestas e depósitos de carvão. À medida que esses recursos naturais são extraídos e utilizados, seu valor diminui. A exaustão é usada para alocar o custo desses recursos ao longo do tempo, refletindo assim a redução em sua quantidade ou qualidade.

Em resumo, a depreciação, amortização e exaustão são mecanismos contábeis essenciais para refletir a redução do valor de ativos tangíveis, intangíveis e recursos naturais ao longo do tempo devido ao uso, desgaste ou esgotamento. Esses processos ajudam as empresas a calcular de forma precisa seus lucros, valor contábil dos ativos e impostos sobre o rendimento.

g) Valores Restituíveis

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

h) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

i) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

8 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial conforme art. 105 da Lei 4320/64, evidencia a situação patrimonial da Prefeitura Municipal de Taubaté em 31 de dezembro de 2024. Observa-se que apresenta informações quantitativas e qualitativas relativos à composição dos bens e

direitos, das obrigações, do capital, das reservas e resultados. De acordo com o modelo imposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, tanto os ativos como os passivos devem ser dispostos em circulante e não circulante, bem como deve-se apresentar o Saldo Patrimonial (Patrimônio Líquido) e as Contas de Compensação.

a) Ativo

O Ativo da Prefeitura em 31/12/2025 totalizou um montante de R$ 3.352.201.870,01. Considerando a mensuração de ativos seguem os critérios a seguir:

Os ativos estão agregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e liquidez. De acordo com o art. 105 da Lei nº 4.320/64, estabelece que o Balanço Patrimonial demonstrará: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

Ativo Financeiro - É demonstrado pelo valor de realização. Das contas que compõe o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais. Saldo do exercício de 2025: 90.093.363,16. O valor de aumento em relação a 2024 (R$ 24.648.716,44) corresponde à regularização dos saldos das contas bancárias que compõem o Caixa e Equivalente de Caixa e melhor situação financeira da Prefeitura.

Ativo Permanente – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e com dedução da respectiva depreciação. Saldo do exercício de 2025: 3.262.108.506,85. O aumento em relação a 2024 (R$ 1.850.427.865,00) foi decorrente ao processo de atualização dos valores patrimoniais dos imóveis pertencentes ao Município, tendo em vista que diversos bens foram cadastrados há anos com valores simbólicos, não seguindo o que orienta as Normas de Contabilidade que é o preço justo ou em uso. Foi adotado os valores venais dos imóveis constantes no Sistema de Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

b) Passivo

Passivo Financeiro – Consiste nas obrigações que já passaram pelo processo orçamentário, como os restos a pagar, ou que não possui vinculação orçamentária como as consignações e depósitos de terceiros. Saldo do exercício de 2025: 411.621.835,75.

Passivo Permanente – São demonstrados os saldos das obrigações de curto e longo prazo e valores que provocam efeitos financeiros no exercício, compreendem às obrigações que dependem de autorização orçamentária para liquidação e pagamento, são de origem interna e externa. São obrigações contraídas para atender desequilíbrio orçamentário ou financiar obras e serviços públicos. Saldo do exercício de 2025: R$ 877.622.935,03. O aumento do Passivo Permanente foi devido ao parcelamento e reparcelamento de dívida

com o IPMT, representando um aumento de 109,9 milhões e atualização da dívida com a SABESP, R$ 1,1 milhão.

Contas de Compensação – Compreende às contas com função singular de controle, podem ser bens, direitos, obrigações e situações que não devem ser apresentadas no patrimônio, mas que se concretizados podem afetá-lo, alcançando atos e fatos de natureza orçamentária e financeira. No exercício de 2025 o saldo dos Atos Potenciais Ativos R$ 181.540.628,98, o saldo dos Atos Potenciais Passivos R$ 1.523.327.571,75.

O Resultado Financeiro apurado no final do exercício de 2025 foi deficitário em R$ 321.528.472,59, demonstrando uma melhora financeira em R$ 78.013.093,58.

Balanço Patrimonial conforme NBC TSP 11

De acordo com a NBC TSP 11 a entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes, passivos circulantes e não circulantes e patrimônio líquido, como grupos de contas separados no seu balanço patrimonial, conforme as informações a seguir:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante, de curto prazo, engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, alcançou a soma de R$ 127.161.447,23, correspondente a 3,79% do total do Ativo. Destaca-se nesse grupo Caixa e Equivalentes de Caixa que totalizou R$ 77.000.487,38, correspondente a 2,29%.

Os Estoques foram contabilizados por seu valor de aquisição e distribuídos em Almoxarifados. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes dos respectivos sistemas de almoxarifados da Prefeitura Municipal. O saldo da conta em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 32.940.487,47.

A Prefeitura Municipal está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes no Município de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP). Os Estoques são controlados pelos almoxarifados e integrados ao sistema de contabilidade municipal, conforme descrição a seguir:

Descrição	2025	2024
1.1.5.0.0.00.00 - ESTOQUES	32.940.487,47	48.587.293,18
1.1.5.6.0.00.00 - ALMOXARIFADO	32.940.487,47	48.587.293,18
1.1.5.6.1.00.00 - ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	32.940.487,47	48.587.293,18
1.1.5.6.1.01.00 - MATERIAL DE CONSUMO	2.684.545,21	2.800.980,24
1.1.5.6.1.02.00 - GENEROS ALIMENTÍCIOS	3.342.333,80	9.254.271,23

1.1.5.6.1.03.00 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	10.010.598,91	7.480.515,55
1.1.5.6.1.04.00 - AUTOPEÇAS	449.089,41	267.628,78
1.1.5.6.1.05.00 - MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	255.230,27	147.884,22
1.1.5.6.1.06.00 - MATERIAIS GRÁFICOS	0,00	744,47
1.1.5.6.1.07.00 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.050.920,45	8.045.853,45
1.1.5.6.1.08.00 - MATERIAIS A CLASSIFICAR	8.141.608,42	20.583.334,24
1.1.5.6.1.99.00 - OUTROS - ALMOXARIFADO (P)	6.161,00	6.081,00

Em atendimento às recomendações da Auditoria Geral do Município e às análises constantes do Processo Administrativo nº 499/2024, foram identificadas inconsistências relevantes nos registros de estoques do Almoxarifado, impactando a confiabilidade das informações evidenciadas no Ativo Circulante.

As principais inconformidades referem-se a:

- Divergências entre saldos iniciais e finais de períodos, decorrentes de falhas sistêmicas e de integração de dados;
- Existência de registros contábeis sem correspondência física no estoque;
- Lançamentos indevidos de itens no sistema de gestão de almoxarifado, notadamente os registros de “cestas básicas” e “acerto financeiro”, sem respaldo documental e sem existência física; Para regularização a baixa contábil foi realizada no montante de R$
- 12.426.365,36 formalizado no Memorando 72.113/2025.
- Fragilidades nos controles internos relacionados à movimentação e registro de materiais.

Em decorrência dos achados, procedeu-se à revisão dos controles e iniciou-se o processo de regularização dos saldos, compreendendo:

- Inventário físico para levantamento das divergências existentes;
- Baixa contábil dos registros indevidos, de modo a adequar os saldos à posição real dos estoques;
- Implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para disciplinar as rotinas de recebimento, armazenamento e distribuição;
- Capacitação dos servidores envolvidos na gestão de almoxarifado;
- Adoção de medidas de controle preventivo, incluindo revisão das requisições e acompanhamento de estoques;
- Início de estudos para aprimoramento ou substituição do sistema informatizado de controle.

Destaca-se que parte das inconsistências ainda se encontra em fase de apuração e regularização, podendo gerar ajustes adicionais em exercícios subsequentes.

Os ajustes efetuados no exercício de 2025 tiveram como objetivo assegurar a fidedignidade dos saldos apresentados na conta "Estoques", refletindo, de forma mais adequada, a situação patrimonial do ente público, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte, totalizou R$ 3.225.040.422,78, equivalente a 96,21% do Ativo Total. Destacam-se nesse grupo Realizável a Longo Prazo, que somou R$ 868.286.949,01, representando 25,90% do Ativo Total; e o Imobilizado, cuja soma foi de R$ 946.452.378,11, correspondente a 70,30%.

Créditos de curto e longo prazo

Em atendimento a Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, foi realizado ajuste para perdas de dívida ativa dos créditos que apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros do saldo existente até o exercício de 2025. No encerramento do exercício de 2025 foi realizado um estudo que fixou a Provisão de Perdas nos créditos em dívida ativa no montante de R$ 32.066.700,25, distinguindo o valor de R$ 28.250.116,33 em Dívida Ativa Tributária e R$ 3.816.583,92 em Dívida Ativa Não Tributária. O montante total de Créditos a Longo prazo fixou em 867.858.444,30.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, o Município tinha um saldo de R$ 2.356.525.623,57, relacionados aos seus bens de uso, sendo R$ 77.388.717,25 de bens móveis e R$ 2.279.136.906,32 de bens imóveis, conforme tabela a seguir:

	2025	2024
1.2.3.0.0.00.00 - IMOBILIZADO	**2.356.525.623,57**	**946.452.378,11**
1.2.3.1.0.00.00 - BENS MOVEIS	174.317.506,23	220.477.022,03
1.2.3.8.1.01.00 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA ¿ BENS MÓVEIS	96.928.788,98	137.415.171,61
1.2.3.2.0.00.00 - BENS IMOVEIS	2.378.931.406,26	947.649.743,83
1.2.3.8.1.02.99 - (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	99.794.499,94	84.259.216,14

Bens Móveis

Os bens móveis do Município de Taubaté em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R$ 174.317.506,23 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir. Considerando a depreciação acumulada (R$ 96.928.788,98) o valor líquido dos Bens Móveis fechou o exercício em R$ 77.388.717,25.

Descrição	2025	2024
1.2.3.1.0.00.00 - BENS MOVEIS	174.317.506,23	220.477.022,03
1.2.3.1.1.01.00 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	41.689.811,68	50.495.916,99
1.2.3.1.1.01.01 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	295.473,62	194.587,38
1.2.3.1.1.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	813.051,72	352.773,39
1.2.3.1.1.01.03 - APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS MED, ODONT, LAB E HOSPITALARES	17.377.901,19	17.347.061,61
1.2.3.1.1.01.04 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	2.259.573,05	2.909.005,48
1.2.3.1.1.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANCA E SOCORRO	2.485.163,77	2.164.398,04
1.2.3.1.1.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.924.430,93	675.911,11
1.2.3.1.1.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	563.385,33	92.421,29
1.2.3.1.1.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	243.229,20	656.319,10
1.2.3.1.1.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	299.440,55	496.975,02
1.2.3.1.1.01.12 - EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	473.443,82	2.128,00
1.2.3.1.1.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	6.308,00	25.604.336,57
1.2.3.1.1.02.00 - BENS DE INFORMATICA	27.234.657,19	24.620.116,80
1.2.3.1.1.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	13.510.844,74	22.751.729,97
1.2.3.1.1.02.02 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.723.812,45	1.868.386,83
1.2.3.1.1.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS	46.338.413,15	55.251.903,37
1.2.3.1.1.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	3.700.573,67	2.746.405,79
1.2.3.1.1.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	325.066,11	14.620,17
1.2.3.1.1.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	38.712.105,99	39.199.787,54
1.2.3.1.1.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	3.600.667,38	13.291.089,87
1.2.3.1.1.04.00 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	5.946.967,32	4.462.794,40
1.2.3.1.1.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	7.650,47	739.006,59
1.2.3.1.1.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	1.391.186,93	7.650,00
1.2.3.1.1.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	4.453.929,90	670.722,31
1.2.3.1.1.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	41.690,02	2.837.056,75
1.2.3.1.1.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIÇÃO	52.510,00	159.480,11
1.2.3.1.1.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	46.740.607,60	48.878,64
1.2.3.1.1.05.00 - VEICULOS	27.104.704,08	35.809.400,55
1.2.3.1.1.05.01 - VEICULOS EM GERAL	19.635.903,47	13.620.002,73
1.2.3.1.1.05.03 - VEICULOS DE TRAÇÃO MECANICA	0,05	22.189.397,82
1.2.3.1.1.99.00 - DEMAIS BENS MOVEIS	6.367.049,29	49.836.889,92
1.2.3.1.1.99.08 - BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	6.367.049,29	39.165.126,40
1.2.3.1.1.99.99 - OUTROS BENS MOVEIS	27.234.657,19	10.671.763,52

Bens Imóveis

Os bens imóveis do Município em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R$ 2.378.931.406,26 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir. Considerando a depreciação acumulada (R$ 99.794.499,94) o valor líquido dos Bens Imóveis fechou o exercício em R$ 2.279.136.906,32.

Descrição	2024	2024
1.2.3.2.0.00.00 - BENS IMOVEIS	935.835.132,07	947.649.743,83
1.2.3.2.1.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL	649.520,78	335.652.501,19
1.2.3.2.1.01.04 - TERRENOS/GLEBAS	7.484.122,21	108.228,13
1.2.3.2.1.01.08 - IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	5.135.472,01	19.724.665,86
1.2.3.2.1.01.11 - IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	97.849.478,93	5.691,64
1.2.3.2.1.01.98 - OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	36.499,63	315.813.915,56
1.2.3.2.1.05.00 - BENS DE USO COMUM DO POVO	422.469.498,23	9.847.640,67
1.2.3.2.1.05.01 - RUAS	2.872.177,30	2.693.473,62
1.2.3.2.1.05.03 - ESTRADAS	1.356.554,93	322.494,79
1.2.3.2.1.05.99 - OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	9.298.165,45	6.831.672,26
1.2.3.2.1.06.00 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	27.195.480,40	449.050.380,88
1.2.3.2.1.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO	11.569.695,65	448.364.405,69
1.2.3.2.1.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS	166.829,30	685.975,19
1.2.3.2.1.07.00 - INSTALAÇÕES	349.751.637,25	22.927.146,95
1.2.3.2.1.08.00 - BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.392.768,96	4.438.371,40
1.2.3.2.1.99.00 - DEMAIS BENS IMOVEIS	135.968,61	125.733.702,74
1.2.3.2.1.99.05 - BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR	2.256.799,35	125.733.702,74
1.2.3.2.1.99.99 - OUTROS BENS IMOVEIS	1,00	0,00

Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o Município de Taubaté apresentou um saldo de R$ 227.850,20 relacionados a intangível, conforme quadro a seguir:

Descrição	2025	2024
1.2.4.0.0.00.00 - INTANGIVEL	227.850,20	227.850,20
1.2.4.1.0.00.00 - SOFTWARES	223.653,00	223.653,00
1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES	223.653,00	223.653,00
1.2.4.2.0.00.00 - MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	4.197,20	4.197,20
1.2.4.2.1.99.00 - OUTROS DIREITOS - BENS INTANGIVEIS	4.197,20	4.197,20

Depreciação

A política patrimonial no município segue os preceitos dos Decretos nº 6.865, de 05 de maio de 1992, nº 11.514, de 21 de janeiro de 2008 e nº 11. 552, de 03 de março de 2008. A depreciação é um procedimento contábil que visa reconhecer a redução do valor de um bem tangível pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil. O método adotado no Município é das quotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Departamento de Patrimônio, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998, em 2024 o valor totalizou R$ 196.723.288,92.

Passivo e Patrimônio Líquido:

O Passivo e o Patrimônio Líquido em 31/12/2025 totalizaram R$ 3.352.201.870,01.

Passivo Circulante

Corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte, ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, somou R$ 349.307.468,17, representando 10,42% do Passivo Total. Nesse grupo destaca-se Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo que totalizou R$ 135.163.317,73, correspondente a 38,69% do Passivo Circulante e 4,03% do Passivo Total.

Fornecedores e Contas a Pagar

O grupo de Contas: Fornecedores e Contas a Pagar – CP, cujo montante é de R$ 121.618.116,41, equivalendo a 3,63% do Passivo Total, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente.

Passivo Não Circulante

Compreende as contas cuja obrigação de liquidá-los se dará em prazo superior a 12 meses da data das demonstrações contábeis, o montante de 2025 foi de R$ 868.218.365,56. Percebe-se a maior representatividade da conta Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo no valor de R$ 126.178.918,10, que representa 14,53% do Passivo Não Circulante e 3,76% do Passivo Total.

A composição do endividamento de 2025 fixou em 28,69%, indicando que a maior parte do endividamento da Prefeitura Municipal de Taubaté é de longo prazo.

Patrimônio Líquido

Compreende a diferença entre os ativos e os passivos, também conhecido como Saldo Patrimonial, integra o patrimônio líquido o resultado do exercício, no ano de 2025 totalizou o valor de R$ 2.134.676.036,28, o equivalente a 63,68% do Passivo Total.

9 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 10ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A apropriação da Receita Orçamentária está apresentada pela arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

No Balanço Orçamentário, na coluna "Previsão Atualizada", os valores em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de receitas. No caso das Despesas, na coluna "Dotação Atualizada", os valores, em relação à LOA, representam às dotações iniciais e os Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

Conforme os dados apresentados referentes ao exercício de 2025, observa-se que a execução orçamentária evidencia que o montante de receitas arrecadadas alcançou o valor de R$ 1.686.898.471,67 e as despesas empenhadas R$ 1.663.315.482,15, apurando um resultado superavitário de R$ 23.582.989,52. Houve insuficiência de arrecadação no valor de R$ 178.101.528,33, e economia orçamentária no valor de 187.043.924,55.

Alterações Orçamentárias

Créditos Adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Estes créditos classificam-se em: Suplementares – os destinados a reforços de dotação orçamentária – e Especiais - os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São as seguintes as origens dos créditos adicionais, observado as fontes de recursos:

» excesso de arrecadação - é o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a receita realizada (arrecadada) e a prevista;

» superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior – saldo positivo entre o ativo e o passivo financeiro;

» anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais - eliminação de despesas.

Durante a execução do orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei nº 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal.

Foram abertos créditos adicionais com base no superávit financeiro por fontes de recursos, apurados no balanço do exercício anterior, bem como abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação.

Esclarece-se que nos créditos abertos com base no superávit financeiro não se efetua novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Destaca-se que na utilização dos recursos decorrentes das citadas origens observaram-se o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

Houve uma variação nas dotações orçamentárias no exercício de 2025 no valor de R$ 30.959.406,70, aumentando o orçamento inicial do valor de R$ 1.819.400.000,00 para o valor de R$ 1.850.359.406,70.

10 - BALANÇO FINANCEIRO

O anexo 13, conforme art. 103 da Lei 4320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita e a Despesa Orçamentárias são desdobradas segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando as receitas e despesas orçamentárias, e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, assim como os saldos importados do exercício de 2024.

Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios, que na forma do parágrafo único do art. 3º e art. 103 da Lei º 4.320/64 referem-se a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições e pagamentos de restos a pagar processados e não processados.

a) Ingressos Orçamentários e Extraorçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos. A Receita Orçamentária totalizou R$ 1.686.898.471,67, sendo que a Receita Ordinária somou R$ 712.839.716,42, a Vinculada R$ 1.090.662.922,60. As Transferências Financeiras Recebidas representaram o valor de 1.415.915,22, e os Recebimentos Extraorçamentários o valor equivalente a R$ 3.507.329.707,14.

b) Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários

A Despesa Orçamentária totalizou R$ 1.663.315.482,15, sendo que a Despesa Ordinária somou R$ 408.423.415,42. As Transferências Financeiras Concedidas representaram o valor de R$ 59.685.961,28. Os Pagamentos Extraorçamentários o valor equivalente a R$ 3.406.335.508,70. O saldo da disponibilidade financeira apresentada pelo Balanço Financeiro em 31/12/2025 foi de R$ 77.000.487,38.

c) Inscrições de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro.

d) Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores

No exercício de 2025, a Prefeitura de Taubaté pagou R$ 98.634.405,98 e cancelou R$ 53.946.934,46 do montante total de Restos a Pagar inscritos no exercício de 2024 e anteriores, ficando um saldo remanescente de R$ 92.922.408,38 para o exercício de 2026. Assim como, foi inscrito o valor de R$ 135.936.186,93 no exercício de 2025.

Restos a Pagar Processados exercício de 2024 e anteriores	89.816.744,83
Restos a Pagar Não Processados exercício de 2024 e anteriores	3.105.663,55
Restos a Pagar Processados exercício de 2025	67.322.913,43
Restos a Pagar Não Processados exercício de 2025	68.613.273,50

11 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, através da confrontação entre as variações aumentativas e diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício. O montante das Variações Patrimoniais Aumentativas foram R$ 4.488.496.022,40 e as Variações Patrimoniais Diminutivas R$ 3.125.323.547,36.

Os grupos das Variações Patrimoniais Aumentativas com maior representatividade foram as “Transferências e Delegações Recebidas”, que totalizou R$ 1.201.637.115,43, representando 26,77% do total, enquanto Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresenta o montante de R$ 524.486.553,59, correspondendo a 11,68% e Valorização e Ganhos com Ativos R$ 2.100.231.468,74 cerca de 46,79%

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas, os grupos que apresentam maior valor são: Pessoal e Encargos R$ 773.590.856,00 (24,75%); Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo R$ 497.070.039,12 (15,90%); Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras R$ 629.464.542,49 (20,14%); e Transferências e Delegações Concedidas R$ 462.306.267,01 (14,79%).

O exercício de 2025 fechou com superávit no valor de R$ 1.363.172.475,04, devido às Variações Patrimoniais Aumentativas (R$ 4.488.496.022,40) serem superiores às Variações Patrimoniais Diminutivas (R$ 3.125.323.547,36).

11 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC da Prefeitura de Taubaté apresentou ao final do exercício de 2025 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Descrição	2025	2024
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	127.701.336,46	84.194.773,71
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-17.270.515,35	-53.966.095,63
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-44.123.679,21	-60.689.609,64
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	66.307.141,90	-30.460.931,56

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados pela DFC em 31/12/2025 foram:

Descrição	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	10.693.345,48	41.154.277,04	48.879.873,87
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	77.000.487,38	10.693.345,48	41.154.277,04

A apuração do fluxo de caixa do período apresentou uma geração de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R$ 66.307.141,90, que corresponde ao resultado dos Fluxos de Caixas Operacionais, de Investimento e de Financiamento. As linhas “Outros Ingressos” e “Outros desembolsos” de cada de Fluxo de Caixa apreciam valores que não transitam pelo orçamento, mas que afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

A linha “Caixa e Equivalente de Caixa Final” não contempla os valores de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados representados pelos saldos das contas “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.